



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

RELATÓRIO FINAL

O 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral ocorreu nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024 no Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de representantes de 17 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), além de representantes da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG), da Assessoria de Inclusão e Diversidade (AID) e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do TSE.

5.12.2024 - REUNIÃO TÉCNICA – TRIBUNAIS ELEITORAIS

No primeiro dia do encontro, foi realizada uma reunião técnica entre o TSE e os TREs.

A abertura se deu com falas da Secretária-Geral da Presidência, Andréa Pachá; da Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal, Roberta Gresta; da Secretária de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental, Sabrina Beatriz Ribeiro, e da Assessora-Chefe de Inclusão e Diversidade, Samara Pataxó. As duas últimas atuam ainda como coordenadora substituta e coordenadora da CPAI/TSE, respectivamente. Após a abertura, foi exposto o cronograma dos trabalhos da reunião.

Os trabalhos técnicos iniciaram-se com a apresentação dos resultados alcançados nos grupos de estudo “Acessibilidade nos Sistemas da Justiça Eleitoral”, coordenado por Márcio Alencar (TRE-RJ), e “Central de Libras”, coordenado por Juliana Costa (TRE-MG), desdobramentos do 2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral realizado em 2023 e de demandas trazidas ao TSE por meio do 83º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil.



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

O representante do TRE-RJ apresentou os principais pontos da minuta de portaria que visa estabelecer diretrizes de acessibilidade para o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação e conteúdo *web* acessível no âmbito da Justiça Eleitoral, produto dos estudos elaborados pelo grupo. Esse trabalho contou com a participação de pessoas com e sem deficiência dos seguintes Tribunais: TRE-GO, TRE-TO, TRE-CE, TRE-SC, TRE-RJ, além do TSE.

A minuta de portaria contempla diversos pontos em relação à acessibilidade digital, como o uso de *softwares* e aplicativos de leitores de tela, ferramentas de tecnologia assistiva, interface, linguagem intuitiva, formulários, assim como aspectos da dimensão atitudinal da acessibilidade. O texto da minuta foi construído em conjunto pelo grupo, que também contou com o auxílio de servidores com deficiência de outros TREs devido à experiência que possuem no assunto, apesar de não estarem formalmente no grupo.

O documento foi enviado ao TSE por meio do Ofício DG TRE/RJ n. 233/2024 em novembro de 2024 e encontra-se sob avaliação da Secretaria-Geral da Presidência do TSE.

Em relação ao grupo de estudo “Central de Libras”, a representante do TRE-MG apontou o andamento dos estudos, os quais ainda estão em fase de conclusão. Foram apresentadas soluções já identificadas no mercado para suprir a demanda de atendimento ao eleitor com deficiência auditiva usuário de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, houve explicações sobre a formatação do atendimento em Libras realizado nas eleições municipais e as centrais de Libras já estabelecidas no âmbito de outros Regionais.

Após a exposição dos coordenadores dos grupos de estudo, foi aberto espaço para perguntas direcionadas aos expositores.

Em continuidade, o chefe da Seção de Gestão Socioambiental do TSE (Segesa/Cogeso/SMG), Diogo do Ybiti, teceu breves comentários sobre o andamento da elaboração da política de acessibilidade da Justiça Eleitoral (JE). O projeto tem como objetivo a substituição do programa de acessibilidade da JE, instituído pela Res.-TSE n. 23.381/2012, por uma política de acessibilidade mais ampla, que trate não apenas da acessibilidade no processo eleitoral, mas também alcance os direitos do corpo funcional e da força de trabalho auxiliar dos órgãos da Justiça Eleitoral. A minuta da política já passou pela análise interna de unidades do TSE, dentre elas a CPAI/TSE e a Assessoria de Gestão Eleitoral (Agel/TSE). As observações realizadas pela Agel/TSE encontram-se em



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

análise pela Segesa/Cogeso/SMG. Após o fim dos ajustes no texto da minuta, com base nas observações da assessoria, o documento seguirá para avaliação das unidades técnicas de acessibilidade dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Na sequência, a servidora Letícia Passos, da Escola Judiciária Eleitoral do TSE (EJE/TSE), falou sobre o curso de capacitação da magistratura em diretrizes sobre acessibilidade e inclusão. A ideia surgiu no Encontro de Escolas Judiciárias Eleitorais, em virtude da minuta do Prêmio CNJ 2025, que pontua ações dessa natureza. O Ministro Cristiano Zanin, diretor da EJE/TSE, encampou a iniciativa, tendo em vista que os Regionais não tinham estrutura para fornecer o treinamento. A EJE/TSE, então, firmou parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, transformando a ação em um curso oficial para promoção na carreira da magistratura. Houve 137 pessoas inscritas no treinamento, que teve duração de 25 horas.

Em seguida, iniciaram-se as oficinas temáticas sobre temas a serem tratados pela Justiça Eleitoral em 2025.

As oficinas foram executadas por cinco grupos, cada um contemplando um dos seguintes temas:

- Acessibilidade nas eleições – Autodeclaração do Eleitorado;
- Capacitação dos coordenadores de acessibilidade;
- Diagnóstico de acessibilidade na Justiça Eleitoral;
- Indicadores da Res.-CNJ n. 401/2021 – Adequação à Justiça Eleitoral; e
- Acessibilidade nas eleições – Fomento à participação da pessoa com deficiência.

A seguir, apresenta-se quadro-resumo com os desdobramentos das oficinas:



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

GRUPO 1: ACESSIBILIDADE NAS ELEIÇÕES – AUTODECLARAÇÃO DO ELEITORADO

Integrantes	Proposições	Entrega e prazos	Observações
Manoel Acácio Leite Neto (TRE-PE); Haleks Marques Silva e Juliana Avelar Lucena de Oliveira (TRE-TO); Solange Mendes Garcia (TRE-RO); Daniela Figueiredo de Souza Machado (TRE-RS)	Possibilidade de aproveitar cadastro de outros órgãos (INSS, por exemplo); campanhas nacionais a qualquer tempo (não apenas no período eleitoral) com declaração <i>on-line</i> e início em janeiro de 2025; serviços itinerantes nos interiores em parceria com outros órgãos para os cadastros; destaque contínuo no <i>site</i> (acessível) do <i>link</i> de atendimento ao eleitor; verificação do <i>link</i> para autodeclaração na página de atualização do cadastro.	Apresentação do escopo dos estudos, roteiro para elaboração do conteúdo das campanhas e diagnóstico sobre o <i>link</i> para autodeclaração. Abril 2025.	



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

GRUPO 2: CAPACITAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A) DE ACESSIBILIDADE

Integrantes	Proposições	Entrega e prazos	Observações
Paulo Cezar Gusmão (TRE-AM); Danielly Almeida Morele (TRE-DF); Gabriela Aparecida Fabre Augusto e William Hardt Souza (TRE-SP); Marcelo Gerard Almeida de Andrade (TRE-SE)	Padronizar as funções do coordenador de acessibilidade: atendimento (o que fazer e como fazer?) e vistoria de acessibilidade de véspera; padronização da vestimenta do coordenador de acessibilidade: uma única vestimenta para toda a Justiça Eleitoral (a vestimenta precisa ter o mínimo de informação possível). Opção do colete seria voltada para a inclusão; capacitação dos servidores nas mesmas funções que serão desempenhadas pelo coordenador de acessibilidade; guia rápido (guia de bolso); guia separado por módulos para capacitação autoinstrucional.	Lista dos requisitos mínimos para avaliação dos Tribunais. Abril de 2025.	



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

GRUPO 3: DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE NA JUSTIÇA ELEITORAL

Integrantes	Proposições	Entrega e prazos	Observações
Rita de Cássia Ferreira Souza e Mila de Souza Xavier e Chaves (TRE-BA); Juliana Gomes da Costa (TRE-MG); Adriana Karla de Oliveira Ferreira Bezerra (TRE-RN)	Padronização das vistorias realizadas nos locais de votação ¹ com a elaboração de formulário unificado; normatização da realização das vistorias pelos Regionais; mapeamento da acessibilidade nos locais de votação em todo o país, em conformidade com a norma ABNT 9050/2015; previsão de orçamento para os cartórios realizarem as vistorias; treinamento dos chefes de cartório para conduzirem as vistorias com mais segurança. Disponibilização de um canal de comunicação para o caso de dúvidas; criação de um sistema de repositório dos dados das vistorias para gerenciamento dos locais de votação pelos cartórios eleitorais; criação de um aplicativo para inclusão dos dados da vistoria <i>in loco</i> .	Prazo para realização das vistorias: 1º semestre de ano não eleitoral. Entrega: relatórios estratificados – geral, regional e municipal. Até abril de 2025: apresentação de uma proposta de projeto sobre as vistorias nos locais de votação; solicitação de criação de um sistema de vistorias ao TSE, e, se possível, de um aplicativo até o final de 2025.	

¹ Para conhecimento, segue o link de acesso para a Cartilha da Rede de Acessibilidade, “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”:
<https://portal.tcu.gov.br/data/files/06/56/CD/E3/543208102DFE0FF7F18818A8/Como%20Construir%20um%20Ambiente%20Acessivel%20nas%20Organizacoes%20-%20202%20edicao.pdf>



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

GRUPO 4: INDICADORES DA RESOLUÇÃO-CNJ N. 401/2021 – ADEQUAÇÃO À JUSTIÇA ELEITORAL

Integrantes	Proposições	Entrega e prazos	Observações
Renata Nogueira Colaça Pires (TRE-AC); Maíra de Barros Domingues e João Luiz Azevedo Lessa Filho (TRE-AL); José Gilderlan Lins (TRE-CE); Márcio de Oliveira Lacerda (TRE-RJ)	Entendemos que todos os indicadores da Resolução-CNJ n. 401/2021 são adequados à Justiça Eleitoral.	Avaliar sobre a pertinência do grupo específico. Fevereiro 2025	Devido ao entendimento de que os indicadores se adequam à JE, sugere-se que o Grupo 5 seja desdobrado em dois grupos, passando para o Grupo 4 uma das proposições (candidato, mesário ou eleitor).



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

GRUPO 5: ACESSIBILIDADE NAS ELEIÇÕES – FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Integrantes	Proposições	Entrega e prazos	Observações
Lísia Regina Franco Dias (TRE-PA); Flávia Raphaela Franco Monteiro (TRE-PI); Neryberto Loureiro da Silva, Claudia Afanio e Diogo Fraga Ferreira (TRE-PR)	1. CANDIDATO a) Projeto Supera: capacitação EAD para PCDs se candidatarem: desde o registro até a prestação de contas, em linguagem simples e em plataforma acessível; b) Disponibilização de legislação eleitoral em formato acessível; e c) Diálogo com partidos e entidades (audiência pública, reuniões etc.).	Definição sobre qual será o foco do grupo (candidato, mesário, eleitor). Apresentar quais são as proposições de ação considerando a escolha do escopo do grupo. Abril 2025.	
	2. MESÁRIO a) Normativo do presidente com políticas afirmativas e metas; b) Diálogo com PcDs e organizações representativas das várias deficiências (audiência pública, reuniões etc.); c) Produção de material didático (guia prático pormenorizado para os chefes de cartório); d) Comunicação: nomeação de <i>influencer</i> com deficiência como embaixador da acessibilidade para gerar engajamento; e) Normativo para o trabalho; f) Orçamento próprio para o projeto;		



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

	<p>g) Capacitação específica para neurodivergentes;</p> <p>h) Central de Libras (na capacitação de mesários e no pleito); e</p> <p>i) Suporte da unidade de acessibilidade.</p>		
	<p>3. ELEITOR</p> <p>a) Central de Libras;</p> <p>b) Transporte de eleitores no dia da eleição;</p> <p>c) Fomento ao alistamento eleitoral (atendimentos específicos: dias de atendimento específico nos cartórios e nas centrais de atendimento, atendimento itinerante e atendimento domiciliar.</p> <p>d) Propaganda massiva;</p> <p>e) Capacitação dos atendentes da Justiça Eleitoral;</p> <p>f) Capacitação dos mesários – tema específico;</p> <p>g) Sensibilização dos coordenadores de acessibilidade (oficinas “Sentindo na Pele”);</p> <p>h) Provocação do Ministério Público – equipe do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e atuação direta junto ao poder municipal e estadual (TAC, PA); e</p> <p>i) Adaptação logística nos locais de votação</p>		



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

	(ginásio, quadra, clube, salão paroquial, hotel).		
--	---	--	--

Após a apresentação do Grupo 4, um colega do TRE-AL pediu a palavra para sugerir a descentralização do Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral. A ideia é que o encontro deixe de ocorrer exclusivamente no TSE, passando a ser realizado, a cada edição, em um TRE diferente. Na oportunidade, o representante do TRE-AL candidatou seu Tribunal para sediar o próximo encontro. Além disso, foi sugerida ainda a mudança da data de realização do evento, sob o argumento de que há vários eventos em dezembro e de que, por caracterizar o fim do exercício financeiro, pode haver dificuldades orçamentárias para a emissão de passagens e diárias para representantes de TREs nessa época.

Ao fim do dia, o Coordenador de Modernização do TSE (Comor/SMG), Celio Castro Wermelinger, apresentou o escopo do trabalho desenvolvido pelo TSE no âmbito do projeto Eleições do Futuro, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP). O projeto visa identificar informações sobre eleitores com severas restrições de mobilidade e desenvolver propostas de melhorias para essa parcela do eleitorado, buscando viabilizar o voto com autonomia, sem auxílio de terceiros. Foi explicado o contexto do projeto e foram apresentadas algumas tecnologias assistivas que podem ser utilizadas na solução da demanda. Como desdobramento da apresentação da Comor/SMG, foi encaminhado um formulário de inscrição de representantes dos Tribunais Eleitorais com o objetivo de realizar o cadastro, em um banco de contatos, para posterior entrevista pela equipe de pesquisadores da USP envolvida no projeto.

6.12.2024 – COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

O segundo dia do encontro foi dedicado à celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, com a realização de apresentações, palestras e rodas de conversa ao longo da manhã.

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência foi criado pela Organização das Nações Unidas em 1992, sendo comemorado em todo o mundo, anualmente, no dia 3 de dezembro. Tem como foco a promoção de assuntos concernentes à deficiência, à mobilização para a defesa da dignidade, dos



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

direitos e do bem-estar das pessoas. A comemoração anual também visa à conscientização quanto à participação das pessoas com deficiência na vida pública, política e social em igualdade de condições com as demais pessoas.

A abertura foi realizada pela Ministra Presidente Cármen Lúcia, que ressaltou que o evento é um momento para reflexões e construção de propostas que aprimorem o processo político-eleitoral e democrático do país. Ela afirmou que os órgãos públicos, principalmente o TSE, têm o compromisso de fazer com que todas as pessoas que compõem a cidadania brasileira tenham igualdade de oportunidades.

Após a fala da ministra, o Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC) do TSE, Cleber Schumann, apresentou a nova tecnologia assistiva adquirida pelo Tribunal para uso por pessoas com deficiência visual, dislexia e baixo letramento durante visitas ao Museu do Voto e à Biblioteca Alysson Darowish Mitraud. Trata-se de um par de óculos (Orcam My Eyes) que é capaz de realizar a leitura de textos, identificar pessoas, cores e outros objetos, como cédulas de dinheiro. O equipamento foi apresentado pelo servidor Elinaldo Paiva, do Superior Tribunal de Justiça, parceiro do TSE na Rede de Acessibilidade da Administração Pública.

Em seguida, teve lugar a apresentação da diretora de Plataformas de Serviços Públicos Digitais do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Eleidimar da Silva, que apresentou o *Guia de Boas Práticas para Acessibilidade Digital*, financiado pelo Governo Britânico e desenvolvido em parceria com a Secretaria de Governo Digital do MGI e o Ministério da Saúde. O guia foi coordenado pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb) do NIC.br, com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Escola Nacional de Administração Pública e do Movimento Web para Todos. Em sua fala, a diretora destacou que a acessibilidade digital não é um favor prestado pelo Estado, mas sim um direito das pessoas ao acesso à informação. Também trouxe alguns dados dos avanços alcançados no portal gov.br:

- disponibilidade de 170 portais;
- mais de 162 milhões de usuários; e
- mais de 200 aplicativos móveis à disposição.



III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Na sequência, o professor de Direito Internacional Público da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Raphael de Vasconcelos, chefe da Missão de Observação Eleitoral Nepedi/Uerj credenciada no TSE, apresentou o relatório final de observação referente às Eleições Municipais 2024, com foco no tema transversal acessibilidade.

Além da execução da observação das eleições municipais, o professor citou outros trabalhos realizados pelo Nepedi/Uerj, como o *Atlas Jurídico-Institucional: Sistemas Eleitorais nas Américas* e o relatório *Acessibilidade e Exercício de Direitos Políticos: Apontamentos Teóricos para a Missão Eleitoral 2024 do Nepedi/Uerj* – documento correlacionado com o relatório de observação das eleições, o qual traz arcabouço teórico para embasamento do observado pela missão e para as recomendações tecidas ao TSE.

Após a fala do professor, foi aberta uma roda de conversa sobre arte, esporte e cidadania. A mesa foi composta pelo bicampeão paralímpico e presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado, pela produtora cultural e escritora Lourdes Piantino e por seu filho, o artista plástico e ator com síndrome de Down, Lucio Piantino. O representante do CPB apresentou um histórico sobre o tratamento dado pela sociedade às pessoas com deficiência, a importância do esporte na cidadania e os resultados do time Brasil nas Paralimpíadas de Paris. Em continuidade, Lourdes Piantino compartilhou sua experiência, as dificuldades e os desafios de criar uma pessoa com deficiência, enquanto Lucio relatou sua trajetória de vida, destacando as exposições dos quadros pintados por ele e a realização de *workshops* sobre artes plásticas na Itália para pessoas com deficiência.

Por fim, houve uma ação educativa com a participação do grupo de dança Street Cadeirante, que relatou as circunstâncias da criação do coletivo, a percepção individual de cada um dos integrantes e a forma como ingressaram no grupo. O evento foi encerrado com a apresentação de uma rotina de dança do grupo.

Todo o evento, no dia 6.12.2024, foi transmitido para o público interno e externo da Justiça Eleitoral por meio de videoconferência e contou com os seguintes recursos de acessibilidade comunicacional: legenda em tempo real, interpretação em Libras e audiodescrição de imagens estáticas.

É o relatório.